

PROTOCOLO FLOWDOCS Nº 169456/ 2025**VIGÊNCIA:** 22.09.2024 a 31.12.2025**VALOR GLOBAL:** R\$ 15.160,00 (quinze mil e cento e sessenta reais).**OBJETO:** Valores destinados ao pagamento de despesas de manutenção e reparos de suas estruturas físicas, hidráulicas, elétricas, bem como pequenas reformas; conservação preventiva e corretiva das Unidades Educacionais; limpeza da área escolar; despesas contábeis e de registros oficiais; aquisição de materiais de consumo e permanentes; instalação e manutenção de ar-condicionados e demais equipamentos; aquisição de materiais pedagógicos, materiais de limpeza e higiene e de expediente**FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa do chamamento público, com fulcro no art.23 da Lei Federal nº 11.947/2009, com fulcro no art.2º da LEI MUNICIPAL Nº 2.798/2.022.**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

02.07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; 12.361.0006.2027.0000 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA REDE E VIDA ESCOLAR; 3.3.50.43.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS.

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI. - CNPJ:035.684.33/0001-36**PROPONENTE:** APMY-ASSOCIAÇÃO DE PAIS MESTRES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA POLO INDÍGENA MUNICIPAL MBO'ERENDÁ YPYENDY - CNPJ/MF nº 33.650.077/0001-66.

Publique-se:

Amambai - MS, em 22 de setembro de 2025.

Rosemeire Medeiros Charão Barrizon

Secretária Municipal de Educação.

CPF: ***,***.021-49

Amaro Cáceres

Presidente da APM.

CPF: ***,***.401-06

Matéria enviada por VALDEMAR ANTONIO DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Gestão**LEI MUNICIPAL Nº 2.946/2.025 Autor: PM Origem: PL nº 023/25 - Desafetação imóvel - "regularização fundiária - REURB"****"Dispõe sobre a desafetação de trecho da Rua Teodoro Jurgielewicks, autoriza a implantação de projeto de regularização fundiária urbana (REURB), doação de imóveis, e dá outras providências".****SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA**, Prefeito de Amambai, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que em Sessão Ordinária realizada no dia 22/09/25 a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à desafetação do bem de uso comum correspondente ao trecho da Rua Teodoro Jurgielewicks, compreendido entre as Ruas José Bonifácio e 21 de Abril, no perímetro urbano do Município de Amambai, que passará a ser classificado como bem dominical, nos termos do Artigo 99, inciso III, da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), para fins de regularização fundiária.**Parágrafo único.** A desafetação ora promovida se fundamenta na prescindibilidade da permanência do referido trecho como via pública, diante da consolidação do núcleo urbano informal e da função social do solo, requisitos estabelecidos no artigo 9º, da Lei Federal nº 13.465/2017.**Art. 2º.** A área desafetada nos termos do artigo anterior será incorporada ao escopo do Projeto de Regularização Fundiária Urbana (REURB-S), com fulcro na Lei Federal nº 13.465/2017 e no Decreto Federal nº 9.310/2018, objetivando conferir segurança jurídica à ocupação consolidada e promover a justiça social urbana, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e do direito à moradia.**Art. 3º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à doação dos imóveis individualizados resultantes do projeto de REURB aos beneficiários nele regularmente identificados, observando-se os critérios legais e os princípios da publicidade, impessoalidade, legalidade e função social da propriedade.**Art. 4º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a doação os imóveis de propriedade do Município de Amambai, determinados pelos lotes Letras K, L, M, N, O, P, Q, R e S, que compõem a Quadra nº 12 da Vila Jussara, aos beneficiários identificados no projeto de REURB, conforme o levantamento socioeconômico e técnico realizado, promovendo a regularização fundiária da referida área, como medida de equidade urbana e promoção do direito social.**Art. 5º.** Para o cumprimento das medidas previstas nesta Lei, especialmente no tocante à realocação de famílias em situação de vulnerabilidade, o Município poderá destinar recursos orçamentários, observadas as disponibilidades financeiras e as autorizações constantes da Lei Orçamentária Anual e de eventuais créditos adicionais, estabelecidos em lei específica, para construção de unidades habitacionais de interesse social, com base nos seguintes instrumentos legais:**I** - recursos consignados na Lei Orçamentária Anual vigente (Lei Municipal nº 2.907/2024), especialmente aqueles destinados ao Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social.**II** - outras fontes de financiamento disponíveis, inclusive convênios com órgãos estaduais e federais, destinados à habitação de interesse social.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de setembro de 2.025

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº _____ Pag: _____

Em: _____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

LEI MUNICIPAL Nº 2.947/2.025 Autor: PM Origem: PL nº 032/25 - Altera Leis - Diretrizes Orçamentárias
"Altera as Leis Municipais nº 2.893/2024 e nº 2.936/2025, que dispõem, respectivamente, sobre as Diretrizes Orçamentárias para os exercícios de 2025 e 2026, e dá outras providências."

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA, Prefeito de Amambai, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que em Sessão Ordinária realizada no dia 22/09/25 a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º Fica incluído o subitem 14.17.19, no item 14, do Anexo I, da Lei Municipal nº 2.893/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2025), com a seguinte redação:

14.17.19. Casa da Sopa Vovó Anastácia.

Art. 2.º Fica incluído o subitem 14.26, no item 14, do Anexo I, da Lei Municipal nº 2.936/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2026), com a seguinte redação:

14.26 Firmar convênio com a Casa da Sopa Vovó Anastácia.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de setembro de 2.025

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº _____ Pag: _____

Em: _____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA